

DUANNE DE OLIVEIRA RIBEIRO

**A COBERTURA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA
NO CADERNO *ILUSTRADA*, DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO***

**CELACC/ECA-USP
2013**

DUANNE DE OLIVEIRA RIBEIRO¹

**A COBERTURA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA
NO CADERNO *ILUSTRADA*, DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO***

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob a orientação da professora dra. Joana Rodrigues.

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Santa Cecília e graduando em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Este artigo foi redigido como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, organizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, da ECA/USP, no ano de 2013, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Joana Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A meus avós Margarida Gomes de Oliveira e Antônio de Oliveira, sem os quais eu não seria quem sou. A meus pais Sueli de Oliveira e Israel Perosa Ribeiro por confiarem nas coisas que faço. À minha noiva Letícia Silva por fazer que os dias tenham luz.

À minha orientadora Joana Rodrigues pelo auxílio na definição do projeto, indicação de referências e aperfeiçoamento de texto. A todos os professores e demais funcionários do Celacc.

SUMÁRIO

Resumo.....	5
Abstract.....	6
Resumen.....	7
1. Introdução.....	8
1.1 Jornalismo Cultural.....	8
1.2 Função Social do Jornalismo.....	10
1.3 Políticas Públicas.....	13
2. Estudo da <i>Ilustrada</i> entre 2001 e 2004.....	14
2.1 Metodologia.....	14
2.2 Conceitos Fundamentais da Cobertura.....	16
2.2.1 Artes.....	16
2.2.2 Estado <i>versus</i> Mercado.....	19
2.2.3 Financiamento da Cultura.....	23
2.2.4 Diversidade Cultural.....	26
2.2.5 Inclusão Cultural e/ou Social.....	29
2.2.6 Outros Cruzamentos.....	33
3. Conclusão.....	34
4. Bibliografia.....	35

Resumo

Este trabalho analisa como as políticas públicas para a cultura são tratadas pela *Ilustrada*, caderno diário do jornal *Folha de S.Paulo*. Reunimos cerca de 200 textos referentes aos termos "política cultural" publicados entre 2001 e 2004. Esse material permitiu identificar cinco vieses fundamentais da cobertura: *Artes*; *Estado versus Mercado*; *Financiamento da Cultura*, *Diversidade Cultural* e *Inclusão Cultural e/ou Social*. Apoiados principalmente na leitura que Mayra Rodrigues Gomes faz de pensadores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, avaliamos essas tendências como condicionantes do modo pelo qual os leitores pensam o assunto e, por consequência, da forma como se desenvolvem as políticas públicas de fato.

Palavras-chave

Jornalismo; Jornalismo Cultural; Políticas Públicas; Cultura

Abstract

This work analyses how cultural policy is treated by *Ilustrada*, a diary section of the newspaper *Folha de S.Paulo*. We gathered more than 200 texts over the terms "cultural policy" published from 2001 to 2004. This corpus allowed us to identify five fundamental axes of the coverage: *Arts*; *State versus Market*; *Culture Funding*; *Cultural Diversity* and *Cultural Inclusion* and/or *Social Inclusion*. Based on Mayra Rodrigues Gomes' readings about thinkers as Michel Foucault and Gilles Deleuze, we evaluate these tendencies as conditioning of the way readers understand the subject, and, therefore, of the way cultural policies are actually developed.

Key Words

Journalism; Cultural Journalism; Public Policies; Culture

Resumen

Este artículo examina como las políticas públicas para la cultura son tratadas por *Ilustrada*, sección diaria del periódico *Folha de S.Paulo*. Han sido colectados aproximadamente 200 textos referentes a los términos “política cultural”, publicados entre 2001 y 2004. Ese material ha permitido identificar cinco parcialidades fundamentales de la cobertura periodística: *Arte, Estado y mercado, Financiación de la Cultura, Diversidad Cultural e Inclusión Cultural y/o Social*. Apoyados principalmente por la lectura que Mayra Rodrigues Gomes hace de pensadores como Michel Foucault y Gilles Deleuze, conceptuamos esas tendencias como determinantes de la manera por la cual los lectores piensan sobre el tema y, por consiguiente, la forma como desarrollan las políticas públicas de hecho.

Palabras Clave

Periodismo; Periodismo Cultural; Políticas Públicas; Cultura

Introdução

As três seções seguintes introduzem o leitor em conceitos básicos a respeito do material com que trabalhamos neste artigo. A primeira apresenta o jornalismo cultural e a definição específica de *cultura* a que recorreremos; a segunda fala do que seria a responsabilidade própria ao jornalismo em geral frente à sociedade; a terceira propõe definições de política pública.

1.1 Jornalismo Cultural

Jornalismo cultural pode descrever uma ampla gama de atividades jornalísticas, de feições diferentes ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Sua forma mais recente, desenvolvida dos anos 1950 para cá, com a industrialização das empresas jornalísticas, a influência do estilo norte-americano de reportagem e edição e o fortalecimento das indústrias culturais, é a que nos interessa neste artigo. Para uma genealogia dessa especialização do jornalismo, podem ser úteis os livros *Jornalismo Cultural*, de Daniel Piza, e *A Arte de Editar Revistas*, Fátima Ali, assim como a dissertação *Cultura em Pauta – um estudo sobre o jornalismo cultural*, de Wilsa Carla Freire da Silva, que será usada como referência e reproduzida em alguns trechos a seguir.

O primeiro ponto importante a se notar é que o adjetivo *cultural* aí se refere a um conceito restrito de *cultura*. Isaura Botelho identifica duas dimensões desse conceito:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. (...)

(...) a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado (...) refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico simplesmente ao discurso. (BOTELHO, 2001, p. 3 a 5)

O jornalismo como um todo consegue abranger essas duas dimensões da cultura. Porém, o que em geral é chamado de *jornalismo cultural* pode ser definido pelo âmbito sociológico, fundamentalmente sendo um *jornalismo de artes* ou de manifestações artísticas. Em outras formas de realizar o trabalho jornalístico vemos uma investigação do campo *antropológico*: é o caso do *jornalismo de comportamento* em algumas de suas produções e do *jornalismo literário* (ou *new journalism*). O chamado *jornalismo de ideias*, que procura acompanhar e fomentar o debate sobre temas contemporâneos, pode tratar de ambas as dimensões. Essas diferentes vertentes jornalísticas podem às vezes ser encontradas numa mesma publicação (é o caso da revista mensal *Piauí*, publicada pela editora Abril) ou distribuídas com mais ou menos rigidez dentro das divisões de um veículo (no caso de *O Estado de S.Paulo*, o *Caderno 2* pode ser encaixado em *jornalismo de artes*; o *Aliás* em *jornalismo de ideias, de comportamento e literário*; e até o caderno *Metrópole*, no qual o factual do cotidiano da cidade pesa muito, traz *jornalismo literário*, perfilando os personagens marcantes de São Paulo).

Neste trabalho, nos focamos no caderno *Ilustrada*, da *Folha de S.Paulo*. Wilsa Carla Freire da Silva registra em sua dissertação a linha editorial do caderno:

Em uma versão de um documento interno da *Folha* sobre o novo projeto editorial que a *Ilustrada* iria assumir na década de 80, a jornalista Márion Strecker explica como o jornal define cultura: "A *Ilustrada* é um caderno cultural que tem como tema principal as artes e os espetáculos. Entende a cultura como um fato de mercado, por isso a cultura de massa (cinema, televisão, indústria cultural e discográfica) tem espaço privilegiado. Com isso não se desobriga a acompanhar as artes ditas eruditas (ópera, artes plásticas etc.). É sobretudo um caderno de serviço que explora seletivamente os produtos culturais que seu leitor pode consumir. Acompanha os eventos de grande porte em caráter nacional e internacional. É também um caderno de leitura. Publica textos inéditos, polêmicos ou não, que possam contribuir para o desenvolvimento da cultura. Aborda eventualmente temas de psicologia, psicanálise, filosofia, sociologia, semiologia e história. Entende também como cultura o design, a arquitetura, a fotografia, a moda e a gastronomia. (SILVA, 1998, p.78)

É nesse campo que investigaremos como as políticas públicas culturais são abordadas. Nós veremos, entre outras coisas, que a afirmação de Botelho encontra respaldo – a dimensão sociológica é foco de atenção dessas políticas – e que a linha editorial, enquanto conforma a

cobertura às artes e ao mercado, também implica em que as políticas públicas sejam vistas por esse viés, de acordo com esse direcionamento.

1.2 Função Social do Jornalismo

Guilherme Canela, no livro *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*, fala panoramicamente sobre como a *função social do jornalismo* tem sido abordada:

As discussões sobre o papel da imprensa no desenvolvimento são tão longínquas quanto a coexistência dessas duas variáveis no cenário político-social. A importância da imprensa, para a garantia das liberdades e, logo, para o desenvolvimento das democracias ocidentais, esteve presente nas discussões dos filósofos políticos pelo menos desde o célebre discurso "Aeropagítica" do parlamentar britânico John Milton, em 1644. Nas décadas seguintes, pensadores como John Stuart Mill e Thomas Paine vieram apenas reforçar a ideia. No século 20 Amartya Sen, especialmente em seu "Desenvolvimento como Liberdade", retoma reflexões semelhantes para colaborar na construção do conceito de desenvolvimento humano. (...)

A mídia noticiosa e livre, portanto, passa a ser vista não apenas como uma instituição central para a garantia de outros direitos civis e/ou dos direitos políticos. Ainda que não haja dúvidas da necessidade da existência de uma imprensa plural para a ocorrência, por exemplo, de eleições livres e justas (direitos políticos), há uma percepção, cada vez mais consolidada, de que a mesma imprensa é de primordial importância para também garantir os diferentes elementos que contribuem para o alcance de um Índice de Desenvolvimento mais elevado. (CANELA, 2008, p. 12-13)

No que tange especificamente à deliberação e execução das políticas públicas, Canela trata de "quatro potencialidades dos meios de comunicação": *capacidade de agendamento*, isto é de determinar o que se torna ou não tema de discussão na esfera pública; *enquadramento*, a forma como cada assunto é tratado, quais características são realçadas ou obscurecidas (de acordo com os contornos da cobertura, "alguns assuntos podem ou não ser entendidos como políticas públicas", diz ele); *construção da informação*, ou seja, a função de dar ao leitor os dados variados de que precisa para compreender as várias nuances de cada fato; e *controle*, no caso, dos gestores, que devem "prestação de contas"² a seus eleitores, sendo a mídia um dos responsáveis por

² No mesmo livro, no texto "Avaliação e monitoramento das políticas sociais: dever do Estado moderno", Cláudia Costin, que no período analisado neste trabalho foi secretária estadual de Cultura de São Paulo, dá um reforço a esse ponto de vista: "É importante não fazer da avaliação uma questão puramente técnica, de torná-la complexa a ponto

coabrá-los nesse sentido. Assim, de uma ponta a outra da elaboração da política, o jornalismo cumpre obrigações e distorce ou aperfeiçoa o debate.

Imprensa e mídia, para além das ações do governo, interferem na vida prática de todos, de acordo com Nilson Lage, em *A Reportagem*:

Para o planejamento de qualquer atividade prática – da escolha de carreira profissional a uma compra a prazo, investimento financeiro ou ida a uma casa espetáculos –, as pessoas necessitam de informações que estão nos veículos de comunicação ou podem ser inferidas a partir do que elas noticiam. (...)

A informação torna-se, portanto, matéria-prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos (...).

Traduzir já não é pouco: basta confrontar o efeito emocional de expressões como "hidrolato simples" e "perda de poder aquisitivo", por um lado, e "água" e "empobrecimento", por outro. Mas o processo não pode ser reduzido à simples troca de itens léxicos. O processamento mental da informação pelo repórter inclui a percepção do que é dito ou do que acontece, a sua inserção em um contato (...) e a produção de nova mensagem, que será levada ao público a partir de uma estimativa sobre o tipo de informação de que esse público precisa ou qual quer receber. (LAGE, 2001, p. 21 a 23)

O jornalista foi retratado até esse ponto como um *mediador* em vários sentidos. Sua posição social implica em *agendar, instruir, traduzir*. Algo como um *filtro* que tem mais ou menos permeabilidade de acordo com seus próprios critérios, baseados em seus objetivos próprios e uma ideia de *público* e das necessidades deste público. Esses fatos, assim como a relação entre democracia e jornalismo, e entre formação de opinião e política, são ainda mais claros neste exemplo de *O Que É Jornalismo*, do jornalista Clóvis Rossi:

O mais claro exemplo da eficiência dessa arma aparentemente inofensiva [a palavra] é a compilação feita pelo *brazilianist* Alfred Stepan para seu livro *Os Militares na Política*: Stepan estabeleceu um placar para classificar a opinião da imprensa com respeito à legitimidade do presidente da República, nas vésperas de cinco movimentos militares da recente História do Brasil (1945, 1954, 1955, 1961 e 1964). A cotação do presidente variava de *mais 2 a menos*

de somente o especialista na área ter condições de entendê-la (...). Reforçando: a importância da imprensa, neste contexto, está em traduzir para os leitores essas eventuais incompatibilidades semânticas do mundo das métricas, de forma que a população possa compreender se um determinado projeto foi, de fato, bom, se as metas foram atingidas, e o impacto final, positivo. Este é um dever do jornalista: informar para formar o cidadão, principal fiscalizador da gestão pública moderna". (COSTIN, 2008, p.181)

2. Resultado: nos movimentos militares vitoriosos (1945, 1954 e 1964), a legitimidade do presidente era negativa, de acordo com a opinião da imprensa selecionada pelo *brazilianist*, variando a média de *menos* 0,8 em 1964 a *menos* 1,2 em 1954. Em contrapartida, nos movimentos militares frustrados (1955 e 1961), a legitimidade do presidente merecia, da imprensa, cotação positiva (*mais* 0,3 em 1955 e *mais* 0,2 em 1961).

Não se pode concluir, desses dados, que os movimentos militares só ocorrem quando a imprensa duvida da legitimidade do presidente em exercício. Mas é inegável que ela desempenha, claramente, um papel-chave na batalha para ganhar as mentes e corações dos segmentos sociais que, no Brasil ao menos, formam o que se chama de opinião pública. (ROSSI, 1980, p.14)

Além de ser um exemplo contundente da influência política da mídia, esse trecho aponta para outro elemento importante: nesses casos em particular, a imprensa como que preparou o ambiente para a instauração de golpes militares e ditaduras. De maneira que o instrumento que, segundo Canela, serviria à "garantia das liberdades", terminou causando um modelo contrário de política. É preciso, pois, ponderação e crítica ao avaliar a cobertura midiática e as suas determinações do debate público³.

1.3 Políticas Públicas

Em "Políticas Públicas: Conceitos e Conexões com a Realidade Brasileira", de *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*, Maria Helena Guimarães de Castro diz:

No campo da ciência política, existem duas definições clássicas que são úteis para compreender o que são políticas públicas. A primeira é de autoria de Bruno Jobert e Pierre Muller (1987) que definem: "política pública é o Estado em ação". Embora o Estado apareça como um agente central dentro desta concepção, tal abordagem não deve remeter à falsa conclusão de que toda política pública deve ser estatal, mas sim que uma política só é pública a partir do momento em que o Estado participa como um agente importante. (...)

A segunda definição está mais ligada ao conceito de política social e foi formulada por T.H. Marshall (2002). (...) De acordo com Marshall, política social é todo bem produzido para promover as coletividades em diferentes campos. Nesse sentido, educação, saúde, habitação, transporte, saneamento

³ Em 1964, a ideia era a de opor resistência ao que se dizia ser um avanço comunista, representado pelas reformas de cunho social anunciadas pelo governo João Goulart. Para enfrentar uma ditadura possível, se lançaram a uma outra ditadura, efetiva. Alguns jornais, como *O Estado de S.Paulo*, pouco tempo após o golpe já criticavam o fechamento do regime. Foram silenciados nos anos seguintes. De maneira que uma imprensa "livre" deu espaço ao ataque a essa mesma imprensa.

básico, trabalho, emprego, dentre outros bens que dizem respeito à promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano, são considerados políticas sociais. (CASTRO, 2008, p.66)

Estes temas serão visíveis na análise da cobertura da *Ilustrada*. De como devemos encarar a ação do Estado no campo cultural até elementos conectados à noção de desenvolvimento humano, como diversidade cultural, passando por diálogos com outras políticas sociais – é dentro do entendimento dessas definições que parecemos trabalhar.

2. Estudo da *Ilustrada* entre 2001 e 2004

2.1 Metodologia

Através de uma busca pela palavra-chave "política cultural" no acervo online da *Folha de S.Paulo*, filtrando resultados apenas da *Ilustrada*, recortamos mais de 200 matérias dentro do período 2001 a 2004. Esse recorte temporal foi escolhido porquanto marcava o espaço de um mandato na Prefeitura de São Paulo (gestão Marta Suplicy) — cidade que, naturalmente, recebe atenção especial da *Folha* —, tendo permitido também acompanhar as transições do poder nos âmbitos estadual e nacional, em 2003. Os resultados da busca abrangem não só artigos em que estavam em sequência os termos "política" e "cultural", como por vezes esses dois separados, assim como variantes ("política e cultura", por exemplo. Essas respostas não foram adicionadas à análise). Também extrapolavam o filtro e davam itens da *Folha Ribeirão* ou do *Primeiro Caderno* (alguns desses, de evidente utilidade para os propósitos da pesquisa, e por isso foram adicionados ao grupo final). Depois de avaliar cada um dos textos, pôde-se excluir aqueles que eram discrepantes quanto ao âmbito da pesquisa, além de incluir outros que, embora além do nosso foco, tinham relevância, como notado acima. Chegamos enfim a um número de 187 artigos, que é o material básico da interpretação que segue.

Desse total, destacamos 40 em que propriamente o conceito de políticas públicas em cultura está em jogo. Os mais importantes dentre esses últimos são analisados detalhadamente.

O objetivo da leitura realizada aqui não é debater os temas que aparecem na *Ilustrada*, mas ressaltar qual o condicionamento que o constante tratamento desses temas, na forma como são abordados, dá ao pensamento do leitor. Não os vários componentes desse debate que se desenrola, sim o campo no qual e segundo o qual se desenrola. Assim, tratar de *política cultural* significará atenção às *artes* (em síntese, cinema, teatro, música, literatura e artes visuais); à dicotomia *estado versus mercado*; ao *financiamento da cultura*, à *diversidade cultural* e à *inclusão cultural e/ou social*, além de outros conceitos de menor frequência, não obstante importantes. É dentro deste horizonte que a cobertura acontece, de maneira a eliminar outras abordagens e enfoques possíveis.

Este modo de estudo se pretende de acordo com Mayra Rodrigues Gomes em *Poder no Jornalismo*. A autora empreende no livro dois movimentos: o *primeiro*, epistemológico, de maneira a indicar como conhecemos o mundo. Nesse sentido, ela afirma que nós partimos do todo "indiferenciado" de sensações, informações, objetos dados pelo mundo, e somamos a isso uma camada simbólica que recorta este todo e lhe dá sentido e utilidade. O "mundo" a que podemos ter acesso é, fundamentalmente, um recorte cognitivo deste tipo. O *segundo* desenvolvimento aplica essa ideia ao jornalismo, basilando-se principalmente no conceito de *palavra de ordem* de Gilles Deleuze. "Palavra de ordem", aqui, denota o discurso na sua possibilidade de estruturar as possibilidades de pensamento e ação. O filósofo é citado:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (GOMES, 2003, p.102)

E Gomes comenta: "É tempo, portanto, de considerarmos a repetição das temáticas, entre jornais ou no interior de um mesmo, isso que passa como mera constatação da importância dos fatos, no quadro abrangente que as disciplinas compõem".

Um exemplo de *Poder no Jornalismo* muito afim ao que pretendemos realizar aqui é o do uso da palavra "globalização" pela *Folha de S.Paulo* em 02/11/1997. Gomes não discute o conteúdo das matérias, o que pode significar *globalização*, se é ou não um processo que existe de fato. O que

importa é que a colocação dessa palavra como tema de interesse dá ao leitor o esquadramento do espaço nos limites do qual poderá pensar.

A própria colocação do assunto como objeto de esclarecimentos o torna incontestavelmente presente: para o bem ou para o mal, acreditem, a globalização está aqui; cabe a nós compreendê-la. (...) A própria postura a favor ou contra dá respaldo a uma realidade a ser vista. (...) Resumindo, estamos sendo sistematicamente educados para a aceitação de uma *situação de fato*, porque a educação consiste justamente na apresentação de uma visada de mundo e seus discursos pela exclusão dos inúmeros possíveis. (GOMES, *op.cit.*, p.72)

Dessa forma, os conceitos destacados abaixo são também *palavras de ordem* e contribuem para a construção de um quadro que limita a reflexão sobre políticas culturais. Após avaliá-los, exploraremos alguns dos assuntos que esse recorte deixa de fora.

2.2 Conceitos Fundamentais da Cobertura

2.2.1 Artes

Na *Ilustrada*, "política cultural" é sobretudo pensada tendo em vista as *artes*; as políticas do gênero são as que têm por função proporcionar um ambiente em que seja possível para essa série de áreas de expressão se desenvolver. A título de ilustração, observemos a tabela de frequência abaixo, com a quantidade de matérias relacionadas à política cultural dividida por tema:

Ano/Total	Audiovisual	Teatro	Música	Literatura	Artes Visuais	Total
2001 (31)	10	5	3	0	0	18 (58%)
2002 (25)	7	2	1	0	0	10 (40%)
2003 (77)	12	6	1	2	3	24 (31,1%)
2004 (54)	13	1	1	4	0	19 (35,1%)

Como vemos na tabela, não obstante a variação dos números, o índice de publicação relacionado às artes é sempre superior a um quarto do publicado. A preponderância do audiovisual (cinema, principalmente, e televisão) é evidente. Poucas outras áreas de expressão são citadas,

pontualmente, como *games* e dança. O acento dado a certas artes parece refletir a organização dos campos da sociedade civil relacionados a elas (Cacá Diegues e Luís Carlos Barreto são dois exemplos de cineastas com atividade política ressaltada no período; no teatro, o grupo Arte Contra a Barbárie tem presença marcante). A frequência aqui indica uma conexão direta – porém em todas as seções posteriores as áreas citadas reaparecem, seja como objeto do financiamento da cultura, seja como meio para as inclusões social e cultural, seja como afetadas pela hegemonia ou do estado ou do mercado.

Um retrato mais contundente desse foco nas artes está nas entrevistas feitas com gestores de cultura. Em 3 de janeiro de 2001, por exemplo, a *Folha* entrevistou os secretários Artur da Távola e Marco Aurélio Garcia, que acabavam de assumir, respectivamente, as secretarias dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. No caso de Távola, o jornal resalta seu foco em música e literatura, principalmente. O jornalista Luiz Antônio Ryff escreve:

(...) ele pretende criar um museu do escritor, um museu do rádio, uma Sala Rio (nos moldes da Sala São Paulo) e o Instituto Pixinguinha (uma universidade informal de cultura e música popular, com estudos, cursos, pesquisas, publicações). "O Rio fez o corta-jaca, o choro, o samba, o samba-canção, a bossa nova, participou da jovem guarda, o tropicalismo, criou nas periferias os bailes funk, os de charm. Tem uma sólida e diversificada produção de rap, de pagode, de partido alto, só para citar algumas manifestações musicais.

(RYFF, "Para Artur da Távola, o Estado não pode ser produtor cultural", 2001)

Távola também afirma, pouco antes do trecho citado: "Há uma certa ênfase em teatro, artes plásticas e balé. É preciso equilibrar com música e, sobretudo, cultura popular".

Na entrevista de Garcia há também um trecho em que ele expõe projetos:

(...) a socialização dos bens culturais. Queremos que mais pessoas possam ir ao teatro, ouvir música, ter contato com literatura. (...) a valorização da produção localizada. Temos o pessoal do rap, samba, música nordestina, grafiteiros, uma infinidade de atividades que vivem isoladas e não encontram meios de expressão. Vamos tentar, pelo menos para a maioria, encontrar uma maneira mais adequada de expressão. Isso pode ser que nós venhamos, por exemplo, a favorecer que muitos desses cantores, grupos musicais tenham a possibilidade de gravar um disco.

(MATTOS, "Para Garcia, o mercado não pode pautar a cultura", 2001)

A jornalista Laura Mattos, que entrevistou Garcia, faz perguntas específicas em relação às artes:

Uma política que dá espaço a hip hop, pagode e duplas sertanejas não será contraditória com a sua trajetória intelectual?" (...) "O hip hop sempre foi muito elogiado pela prefeita. O senhor fará uma gestão para os manos?" (...) "Artistas e intelectuais têm se mobilizado contra a política que patrocina eventos e se preocupa pouco com o desenvolvimento contínuo da produção cultural..." (...) "Quais são seus planos para o cinema? Pretende investir no projeto da SP Filmes?" (MATTOS, 2001)

Conclui-se daí que é inescapável não ter, na ponta da língua, um planejamento ao cinema, à música, à literatura e às artes visuais, e aparentemente nesta ordem de importância.

Outro exemplo, no registro da saída de Marcos Mendonça do posto de secretário de cultura do Estado de São Paulo, em 14 de janeiro de 2002. Os jornalistas Fabio Cypriano e Silvana Arantes destacam na abertura da matéria: "Durante o período à frente da pasta, [ele] deixa como herança a Sala São Paulo e a Pinacoteca do Estado (...)". Já o próprio secretário diz de sua gestão:

A secretaria se propunha a ser uma referência para o produtor cultural. Outra prioridade era ampliar o acesso, democratizar a cultura no Estado, tentar espalhá-la o máximo possível para o interior. (...) No interior, você faz os projetos com as cidades. Ajudamos uma quantidade enorme de cidades a fazer bibliotecas, a fazer teatro. Evidentemente não são equipamentos da dimensão de uma Sala São Paulo, mas desenvolvemos projetos no interior de importância brutal.

(ARANTES e CYPRIANO, "Fim de Festa", 2002)

Além disso, a edição inclui ao lado do texto a retranca "Resumo da Ópera", em que alguns entrevistados comentam as atividades da secretaria em cinco áreas: Música Erudita, Dança, Teatro, Cinema e Música. Essa entrevista de Mendonça é tanto mais significativa porque exhibe o outro extremo em relação à anteriormente citada, sobre Garcia e Távora. Em suma, de um ponto a outro da cobertura cultural, se avalia as perspectivas para as artes e os resultados do gestor nesse campo.

Para encerrar esta seção, analisemos a transição Francisco Weffort, ministro de Cultura do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Gilberto Gil, também ministro da Cultura, no mandato do presidente Lula. Na entrevista de Weffort, em 16 de dezembro de 2002, a única referência direta do jornalista a um campo de atuação é ao cinema, entre outras perguntas generalistas. Já em 6 de agosto de 2002, em um questionário entregue a todos os presidentiáveis, de 7 perguntas, 5 se referem diretamente às artes:

O sr. pretende implementar ações específicas para o combate no país à pirataria na indústria musical, audiovisual e do livro? (...) Seu governo promoveria mudanças nas relações entre o poder público e as TVs abertas? Pretende impor controle às programações? (...) Como o sr. acha que a recém-criada Agência Nacional do Cinema (Ancine) deve fomentar a produção audiovisual brasileira? O sr. considera acertada sua criação? (...) "Qual é a expressão artística que mais aprecia" (...) "Quem é, na sua opinião, a maior expressão artística individual do país e a área da cultura em que o Brasil mais se destaca?"

(ANGIOLILLO e ARANTES, "Cultura sob intervenção", "Cultura é vista como meio de inclusão social" e "Candidatos expõem suas preferências", 2003)

Novamente, e agora no âmbito federal, entre os extremos de deixar o cargo e anunciar seus propósitos nele, a *Ilustrada* reforça como critério o trato das artes, notadamente o cinema com maior foco. O conjunto de matérias, das quais apontamos as diferentes frequências nas tabelas do início do tópico, reforça rotineiramente esse destaque às artes, construindo o debate nesses termos, além dos que trataremos abaixo.

2.2.2 Estado *versus* Mercado

A tensão entre Estado e mercado, quais devem ser as posições relativas de cada um quanto à cultura, comparece com força nas páginas do caderno *Ilustrada*. Embora a frequência não seja grande – principalmente se comparada a das artes, logo acima – a temática surge em reportagens de relevância. Vejamos, outra vez apenas por motivos ilustrativos, a tabela de frequência:

Ano/Total	Estado <i>versus</i> Mercado	Porcentagem
2001 (31)	1	3,2%
2002 (25)	4	16%

2003 (77)	11	14.2%
2004 (54)	3	5.5%

Como vemos, em 2002 as ocorrências são cinco vezes mais numerosas em relação a 2001. Em 2003, uma pequena queda, mas ainda assim mais que quatro vezes maior que 2002 e pouco menos que três vezes maior que 2004. Esse crescimento parece ser devido à eleição presidencial, que está acontecendo em 2002 e leva Luís Inácio Lula da Silva ao cargo, com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura. Como veremos, parecia haver a forte noção de que o Partido dos Trabalhadores (PT) faria uma gestão centralista e estatista para a cultura, o que representaria um retrocesso em relação a governos anteriores.

O tema é o de principal destaque em matérias já citadas. “Para Garcia, o mercado não pode pautar a cultura” e “Para Artur da Távola, o Estado não pode ser produtor cultural” (ambas as partes da citada matéria “Divisão no Eixo Rio–SP”), são introduzidas com a linha fina e o resumo a seguir:

Secretários de Cultura das duas maiores cidades do país, que assumiram ontem, têm visões diferentes sobre o Estado e o financiamento da cultura.

Nos próximos anos, paulistas e cariocas devem seguir trilhas diferentes na área cultural. Escolhido por Marta Suplicy (PT–SP), o historiador Marco Aurélio Garcia pretende promover um equilíbrio entre investimentos privados e do Estado, por acreditar que as leis de incentivo fiscal acabaram estabelecendo um critério de interesses de mercado para a produção cultural. Já o secretário de Culturas de César Maia (PTB–RJ), o jornalista e escritor Artur da Távola, tem como idéia-base de sua administração que o poder público não é produtor de cultura. (...) (RYFF, 2001 e MATTOS, 2001)

A maior ou menor intervenção do Estado no campo da cultura está, pois, posta em pauta. Em duas citações colocadas próximas às matérias, a temática aparece ainda mais forte. Diz Garcia: “Um grande drama de nosso país, desde que as leis de incentivo foram aprovadas, é que se insinuou perigosamente o critério de mercado para a produção cultural. A cultura não pode ser submetida a critérios de mercado (...)”. Em outro ponto, fala Távola: “Quanto menos o Estado se colocar como fazedor de cultura, e mais como fomentador de formas e manifestações culturais, melhor”.

O curioso nesses trechos em particular é que a oposição que eles estabelecem entre os dois secretários parece forçada. Se Garcia afirma um “equilíbrio entre investimento estatal e do mercado”, isso não implica em o Estado se tornar “fazedor de cultura”. De fato, não há uma indicação sequer na entrevista dele a respeito de uma intenção de produzir uma cultura oficial – pelo contrário, como citamos, ele defende “socialização da cultura” e “valorização da produção local”, e nesses dois movimentos o que há é o “fomento de manifestações culturais”. A falta de nuance desses pontos permanece no tratamento do tema em outras matérias.

Em "Cultura sob Intervenção"⁴ a linha fina diz: "Em meio a blabláblá, candidatos propõem volta do Estado". "Intervenção" é já um termo sem a carga positiva que teriam "gestão", "planejamento", "perspectiva", etc⁵. Além disso, a palavra remete à Ditadura, na medida em que os governantes impostos pelo governo militar eram "interventores", e de que foi através de José Sarney e Fernando Henrique, após a abertura, que o incentivo fiscal ganhou espaço. Assim, pode ser sentida uma referência a um retrocesso a tempos menos democráticos, que se fará ainda mais clara em 23 de outubro de 2002, no texto "Centralismo Cultural", com a linha fina "Programa de Lula para a área indica retorno da intervenção direta do Estado na produção". Reportagem do segundo turno eleitoral, traz somente o candidato petista e José Serra.

Há duas retrancas (matérias complementares à principal) na página. À direita, uma entrevista com Marco Aurélio Garcia, ainda secretário, cujo título "Não estamos pretendendo centralização" contraria de modo direto a manchete e a linha fina, assim como o seguinte trecho:

Não estamos pretendendo nenhuma centralização, mesmo porque não funciona. Estamos, inclusive, propondo um modelo de descentralização, um sistema nacional de cultura que implica o envolvimento de todos os Estados e municípios. Esses têm políticas partidárias e políticas diferenciadas. Logo, é uma parceria que queremos estabelecer. Por outro lado, há clara definição, para nós, de que o Estado não é produtor de cultura, mas cabe a ele regulamentar a socialização dos bens culturais. Resta a ele, ainda, financiar essa socialização.

⁴ ANGIOLILLO e ARANTES, *op.cit.*, 2003.

⁵ E certamente sem a objetividade que teria um título "Cultura como direito básico", que se pode depreender de três das quatro citações dos presidentes: "Devemos compreender o acesso aos bens culturais como um direito básico do cidadão" (Lula); "O investimento em cultura deve ser visto como uma prioridade na percepção de que a cultura é um fundamental agente de transformação social" (Ciro); "No meu governo, a cultura será tratada como uma prioridade do desenvolvimento social" (Serra) – apenas Garotinho é meramente generalista. A referência à "blabláblá" é também pejorativa: como se os argumentos não valessem, e sim a intenção pura de tomar mais espaço ao poder estatal.

À esquerda, entrevista com Paula Lavigne, responsável pela seção cultural da campanha de José Serra, então candidato à presidência, "Serra quer que governo apóie indústria cultural". O efeito é de opor os candidatos (no corpo da matéria, aparece de forma ainda mais direta: "Ao contrário do programa de Lula, que reforça a presença do estado na cultura, o programa de Serra propõe que 'o Poder Público apóie a estruturação de uma indústria cultural no Brasil'"), apesar de a matéria que analisamos mais acima neste tópico atribuir então a *todos* os candidatos essa postura estatizante.

Todos esses fatos indicam uma tomada de posição política por parte do jornal *Folha de S.Paulo*? cremos que sim. No entanto, para os objetivos do trabalho, basta reforçar que o leitor é acomodado a pensar nos âmbitos da oposição *Estado versus Mercado*. Esse recorte é tão forte no jornal que até mesmo Paula Lavigne, em réplica do dia 25 de outubro de 2002, diz:

Não existe divergência em que o Estado atue fortemente na realização da política cultural (...) Realmente é muito pouco dizer que a intervenção na cultura ocorrerá por meio do Estado se não se atribuiu a ele o direcionamento estratégico, catalisador das iniciativas privadas e gerador de oportunidades.

(LAVIGNE, "A Presença do Estado na cultura brasileira", 2002)

Ao longo dos anos seguintes, na gestão Gilberto Gil, a tensão binária persiste, no entanto. A polêmica retratada na matéria "Produtores apontam 'dirigismo' em critérios de patrocínios de estatais, publicada em 30 de abril de 2003, que opôs a Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo Federal, então responsável pelos critérios citados, ao Ministério da Cultura e a um grupo de cineastas, tem o mesmo tom. "Produtores apontam 'dirigismo'" teve várias suítes (matérias de acompanhamento do assunto em edições posteriores), incluindo texto de um desses cineastas, Cacá Diegues⁶, no Primeiro Caderno), Já em 6 de maio de 2003, o pesquisador de políticas culturais Teixeira Coelho nos dá outro exemplo:

⁶ É interessante que Cacá Diegues atribua sua linha de oposição à própria *Folha*: "Não inventei nada, as idéias que defendi circulavam por aí havia tempos e já tinham aparecido em matéria de capa da *Ilustrada*, em 30/4, com o título 'Produtores apontam "dirigismo" de estatais' e o subtítulo 'Ministério da Cultura se opõe à política de incentivos orientada pela Secom'. Ali se falava de 'indignação e críticas de um suposto "dirigismo cultural" por parte do governo federal', pela voz de representantes de entidades de cineastas, tanto do Rio quanto de São Paulo. Só fiz reproduzir, do jeito que julguei certo, esses desgostos todos."

Corrigir, sim, é hora. Centralizar, outra vez, não. Parte da sociedade civil já se organizou para a cultura, seria desperdício anular esse impulso e o que se conseguiu. O novo governo tem uma oportunidade singular para desmentir a idéia, sempre atual, de que a política serve para impedir que as pessoas cuidem de seus próprios interesses. Na cultura, cuidar dos próprios interesses é possível. Com a colaboração do governo, não com o governo interposto entre a cultura e as pessoas.

(COELHO, "É hora de corrigir, e não de centralizar, as leis de incentivo", 2003)

2.2.3 Financiamento da Cultura

As questões relacionadas às fontes de recursos para a cultura (de leis de incentivo via renúncia fiscal a loterias) transparecem no material pesquisado na frequência apresentada a seguir. A flutuação, como na seção anterior, parece se dar por causa da eleição.

Ano/Total	Financiamento da Cultura	Porcentagem
2001 (31)	2	6,4%
2002 (25)	3	12%
2003 (77)	18	23,3%
2004 (54)	7	12,9%

Esse tema é como que um caso particular da discussão acima, que coloca *Estado* e *mercado* em oposição. Nesse sentido, como apontado superficialmente na seção anterior, é geralmente em torno das leis de incentivo via renúncia fiscal que o debate se instaura. De um lado ou de outro da tensão que expomos, seja "a favor mais Estado", seja "a favor de mais mercado", as perguntas são basicamente as mesmas: quem financia, como financia e se o financiador em particular não pode prejudicar, por seu poder de decisão, o objetivo mais próprio da política pública cultural. Assim, se é contra um excesso de Estado que se precaveriam os textos da *Folha*, na maneira como discutimos no fim da primeira etapa de análise, é pelo receio que o governo dirija a produção cultural para a propaganda, a necessidade partidária do turno. Se é contra o arbítrio ilimitado do mercado que o contrário grita, é pelo medo de que só a perspectiva comercial dite o que é realizado. Esse consenso sutil é exemplificado pelo artigo, no Primeiro Caderno, de José Sarney, iniciador desse tipo de apoio institucional no país, em 16 de maio de 2003. Segue o artigo:

A lei [criada por ele, Sarney] tinha uma finalidade: separar os recursos orçamentários destinados à cultura e colocar a iniciativa privada na produção de bens culturais. (...)

Depois, modificaram a lei e criaram uma coisa engessada, o mecenato de Estado! A burocracia tem sempre a sedução de monitorar, decidir, aprovar e interferir no processo de criação artística. O Ministério da Cultura é a Meca dos atribulados produtores culturais, e nunca foi possível fazer uma efetiva política cultural, nem para a cultura erudita nem para a cultura popular. Ressalvem-se os ministros. Não foram eles. Foi a política econômica que manteve a cultura à míngua de recursos, mendigando.

Explorou-se o único filão que restou: os incentivos, que, destinados à atividade privada, passaram a suprir a falta de recursos públicos. Vieram a promiscuidade e as distorções entre incentivos e verbas para uma política cultural, de responsabilidade do Estado. (SARNEY, 2003)

O texto dá um panorama das discussões nesse campo. Há a lei e as distorções em ambos os sentidos: tanto no "engessamento" estatal quanto na "promiscuidade" mercantil.

Pela onipresença do debate sobre incentivo fiscal, é difícil crer que é possível uma política pública em cultura sem apelo a esse recurso. Nas reportagens de que tratamos, naturalmente ele marca presença. Recordemos a linha fina de "Divisão no Eixo Rio-SP", que dizia sobre Marco Aurélio Garcia: "Pretende promover um equilíbrio entre investimentos privados e o Estado, por acreditar que as leis de incentivo fiscais acabaram estabelecendo um critério de interesses de mercado para a produção cultural".

Em "Fim de Festa", a questão é colocada também a Marcos Mendonça: "Críticos ao modelo da gestão pelo incentivo fiscal apontam como uma de suas precariedades o fato de as decisões sobre o que produzir obedecerem exclusivamente a critérios mercadológicos". Em "Cultura sob Intervenção", é a segunda pergunta aos presidentiáveis (logo depois da pergunta sobre a prioridade deles, na capa do caderno): "Qual é a sua avaliação sobre as leis de incentivo fiscal?". Teixeira Coelho, além do que já citamos, afirma: "Pôr dinheiro nas mãos do governo federal, sob uma diretriz centralizadora, com o pretexto de combater o 'mercado', sem se dizer exatamente onde esse dinheiro será empregado, como e com a participação de quem, não tranquiliza".

Há outros exemplos no *corpus*, mas queremos passar a outros tópicos neste âmbito. Outro tema relevante quanto a financiamento é o do orçamento, sempre insuficiente, tanto no implícito das perguntas dos repórteres quanto na definição dos gestores. Essa insuficiência ficará clara nas citações a seguir. No caso de Artur da Távola:

[o secretário] terá obstáculos. O principal talvez seja o orçamento reduzido. Sua secretaria tem uma dotação de R\$90 milhões. Tirando o custeio, terá R\$14 milhões para investimento em 2001. 'Suficiente ou não, vou ter de trabalhar com isso', diz, resignado'. [Antes de apresentar as prioridades que citamos na seção 2.2.1, o repórter ressalta: 'Mesmo com pouco mais de R\$1 milhão por mês'] (RYFF, 2001)

Já Marco Aurélio Garcia:

[o orçamento] é ruim, mas não foi dos piores. Tenho a impressão de que a Marta poderá ampliar esse valor. Mas nós temos uma margem muito pequena de remanejamento, e a prefeitura vai se ver confrontada com demandas mais urgentes que a cultura. Para 2002, estou convencido de que poderemos mudar o perfil econômico da cidade, com mais investimento para a cultura. (MATTOS, 2001)

Interessante nesta última citação é que a cultura é posta como algo destacado da economia, dependente de um desenvolvimento que lhe é alheio para se sustentar.

De saída do cargo, Marcos Mendonça afirma: "As verbas são todas amarradas aos mais diversos departamentos. O meu sucessor vai estar com um orçamento já definido para as mais diversas áreas. Ele terá pouca mobilidade. Terá de cancelar um projeto se pretender criar algo novo". Francisco Weffort, também saindo: "(...) por mais que tenham aumentado os recursos, o dinheiro é pouco. E de 94 até 2002 aumentaram cinco vezes. Ainda é pouco". Um último exemplo: a batalha de Gilberto Gil por mais dinheiro é retratada em "Gil diz que Lula prometeu repasse de verbas"⁷. Enfim, não há discussão sobre os limites; a constatação é que *há limites e se tem que lidar com eles*.

⁷ No primeiro encontro do projeto *Existe Diálogo em São Paulo*, em 2013, o secretário recém-empossado e ex-Ministro da Cultura Juca Ferreira afirmou o mesmo estado de coisas para sua gestão, anunciando também um compromisso do prefeito Fernando Haddad com o aumento de orçamento.

No cenário do financiamento da cultura há, por fim, uma temática próxima a que referimos quando citamos Marco Aurélio Garcia logo acima: a impressão do caráter de dependência a política pública de cultura e aos artistas beneficiados por ela. Em 3 de dezembro de 2003, a matéria "Cinema quer afastar 'imagem do favor'" diz:

[Paulo] Pélico defendeu também a tese de que a ampla divulgação do uso de incentivo fiscal para a produção cultural, em especial o cinema, 'reforça o preconceito de que o artista vive agarrado aos benefícios do governo', criando uma "situação preocupante, pela assustadora desinformação e o uso de argumentos falaciosos". (ARANTES, 2003)

2.2.4 Diversidade Cultural

Para essa seção e as duas posteriores, não é tão relevante apontar a frequência de ocorrência do termo "diversidade cultural", porque são poucas as referências exatas a esse tema e pelo fato de que as temáticas estão inclusas de uma forma geral em todo o quadro. No entanto, identificamos alguns textos em que a citação àquele conceito é direta, que são analisados abaixo.

Na já citada "Divisão no eixo Rio-SP", a tal divisão só é quebrada pela diversidade. A linha fina diz: "Em comum, as duas gestões mostram preocupação em dar igual valor a diferentes formas de manifestação cultural". As duas entrevistas, por sua vez, ressaltam a extensão de gostos estéticos particulares dos secretários. Para Marco Aurélio Garcia, o repórter destaca sua proximidade do *rap* e do futebol: "Disse que ouviu um CD do rapper Mano Brown e gostou e, no final da entrevista, no sábado, confessou: "Sabe por que não quis marcar a entrevista à tarde? Porque queria ver a final da Copa João Havelange". Nas respostas, uma fala do secretário reforça uma igualdade, pelo menos no nível de experiência, entre formas artísticas: "Muita gente quando ouvir Mozart ou ópera vai gostar. Da mesma forma, é possível que muitos tenham preconceito em relação aos manos porque nunca ouviram".

Atentemos para os verbos usados. O secretário ouviu o cd, e *gostou*. O acento pode indicar a tendência, subentendida, de que ele não gostasse. Depois: ele *confessou* que queria ver o futebol. Como se fosse algo que preferisse esconder, ou que lhe trouxesse algum custo contar. Na base deste modo de redação está o *elitismo*, a divisão entre cultura *erudita* e *popular*, que muitas vezes

quer criar blocos estanques. Somente pela escrita, pelo uso dos verbos, a *Folha* argumenta que não são estanques, que é possível transitar entre eles.

O mesmo procedimento e as mesmas ideias se repetem com Artur da Távola: "Gosto desde funk até Brahms. Não cabe à intelectualidade dizer se aquilo com que concorda é que é cultura. Essa visão é quase fascista".

Em outras quatro matérias, podemos avaliar vários aspectos do conceito *diversidade cultural*:

Temos consciência de que a receptividade do gênero é complicada, não se trata de uma música das massas. Estamos começando de forma muito modesta, mas há, sim, a pretensão de fazer com que o público do rock derive para o nosso lado.

(FRANCO, "São Paulo ganha hoje espaço para democratizar produção operística" – 28 de maio de 2001)

Aqui, novamente a mesma ideia de que todas as artes possuem algo de homogêneo, o que permite a aproximação de grupos distintos de gosto – a fruição depende, não obstante, de que o costume seja criado. O motor para uma política com esse objeto é a necessidade de se criar público.

Já neste segundo trecho, de autoria de Bernardo Carvalho, em 4 de fevereiro de 2003, a diversidade é como que a garantia da qualidade da arte; ela cria um ambiente de *confronto*, em que as ideias se chocam e se desenvolvem, para criadores e espectadores. A ideia parece ser tributária da "tradição da ruptura", que Octavio Paz percebe hegemônica do início do século XX para cá, por causa da ação das vanguardas.

Há uma bruta diferença entre o protecionismo que perpetua o provincianismo e a mediocridade, por protegê-los de termos de comparação exteriores, e a política cultural determinada a preservar a diversidade para promover justamente o confronto e incentivar a ampliação dos critérios não só dos espectadores mas dos próprios artistas, de modo a que não se esgotem em si mesmo.

(CARVALHO, "Exceção Cultural", 2003)

Cacá Diegues, por sua vez, está entre as duas citações anteriores: por um lado a diversidade é necessária para dar conta das tendências variadas da sociedade brasileira; de outro possui a função de causar *reflexão*, nessa população, assim como reflexão sobre a forma. O trecho é particularmente interessante por mostrar como os conceitos nesse campo podem ter jeitos diferentes de expressão, com conseqüências diferentes – nuances.

Não é possível que ainda não tenhamos aprendido que, para impor o que faz, um artista não precisa eliminar o que lhe é diferente. O cinema brasileiro não pode ter um padrão único de orçamento ou uma única intenção estética. Ele não deve ser um gênero cinematográfico, mas uma cinematografia nacional, representativa da nossa variada complexidade, capaz de reunir nossa população em torno dele, para a refletir e fazê-la refletir.

(DIEGUES, "Dois Pontos", 2003)

Uma quarta posição é visível no texto de Teixeira Coelho citado acima, "É hora de corrigir, e não de centralizar, as leis de incentivo". Lá, a diversidade tem o efeito retroativo de determinar a forma do governo: "Os tempos são os da diversidade cultural, que não se consegue com uma ação centralizada quanto ao conteúdo do que incentivar e à concentração dos recursos disponíveis num único foco de poder". Isto é, para conseguir lidar com um cenário *atual* e *diverso*, a gestão pública e as políticas culturais precisam seguir certos modelos.

Assim, *diversidade cultural* é um tema que implica posturas na formação de público e na evolução dos artistas, na educação estética da população e na maneira de ação do Estado. O alcance do conceito nas discussões sobre cultura se exemplifica pela matéria "Diversidade de culturas domina Convenção Global", de 1º de julho de 2004:

A diversidade cultural permeou todas as falas ontem e anteontem, na abertura oficial do fórum, no Teatro Municipal, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de Gilberto Gil, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, da prefeita de São Paulo Marta Suplicy, e de outros representantes oficiais de entidades internacionais. Lula disse que "os países em desenvolvimento, para se emanciparem, devem procurar uma expressão cultural diferenciada". (ROCHA, 2004)

2.2.5 Inclusão Cultural e/ou Social

Inclusão cultural é aqui entendida como "democratização" do acesso aos bens culturais. Já *inclusão social* é o uso da cultura como um meio para a melhora das condições de vida. Os temas têm um peso na cobertura de políticas culturais, transparecendo notadamente nas entrevistas com gestores ou possíveis gestores. Em 6 de agosto de 2003, na retransmissão de "Cultura sob Intervenção", "Cultura é vista como meio de inclusão social", o jornal os indica como consenso de todos os presidencialistas entrevistados. À pergunta "O senhor considera válida a utilização da cultura como forma de inclusão social?", eles respondem:

Lula – Devemos compreender o acesso aos bens culturais como um direito básico do cidadão, como o direito universal à educação e à saúde, por exemplo.

Entendo que o exercício desse direito à cultura é condição para o exercício da cidadania, ou seja, para a inclusão social. Não podemos, porém, pensar as políticas públicas de cultura fora do contexto social, fora da situação de desemprego e marginalização em que vive uma vasta parcela da sociedade brasileira. E atribuir a elas o poder milagroso de resolver o problema da inclusão social. (...)

Ciro – A identidade cultural de um povo é fundamental para que ele se afirme internacionalmente e para que ele se imponha às estruturas de dominação de minorias. (...)

Cultura, portanto, deve ser uma centralidade num modelo nacional de desenvolvimento. É preciso democratizar o acesso da população brasileira aos seus bens culturais (...).

Serra – Em primeiro lugar, quero homenagear artistas e iniciativas culturais responsáveis por projetos comprometidos com um esforço de inclusão social. (...) Em meu governo, o apoio a projetos como esse será uma prioridade.

Garotinho – A cultura é elemento fundamental de inclusão social. (...)

(ANGIOLILLO e ARANTES, *op.cit.*, 2003)

Temos um panorama da temática. Vemos como *inclusão cultural* e *inclusão social* não são distantes, e frequentemente são pensadas como conectadas. Há algumas variações dignas de nota: Na declaração de Lula, ser incluído culturalmente é um *direito*; nos demais, é apenas um *instrumento* para conquistar tais e tais objetivos. A diferença é sutil, mas relevante: um *direito* é inalienável; um *instrumento* pode ser trocado por outro com mesmo efeito. Ainda na fala deste entrevistado, há a ligação entre esses tipos de inclusão e o contexto econômico e social de fato

em que as pessoas a ser "incluídas" estão: fica claro que outras medidas têm de ser pensadas em conjunto.

Na declaração de Ciro, dois conceitos destacáveis: o primeiro, a ideia de uma identidade cultural que sirva à "afirmação internacional" (como se fosse um tipo de inclusão do cenário da política mundial) e ao *desenvolvimento* – novamente, uma ligação entre cultura e economia⁸. Serra e Garotinho não trazem nada de especial.

Um título similar está em 16 de dezembro de 2004, quando Emanuel Araújo estava prestes a se tornar secretário municipal de Cultura de São Paulo, com José Serra recém-eleito. "Novo secretário deve focar em inclusão social" abre com esses dois parágrafos:

A periferia será a prioridade do novo secretário municipal de Cultura, o curador e artista plástico Emanuel Araújo.

"É preciso olhar para a periferia, pensar em inclusão social, é algo que o [José] Serra quer fazer", disse Araújo à *Folha*, anteontem.

(CYPRIANO, *op.cit.*, 2003)

O caso mais interessante do tratamento dessa temática é o da secretária estadual de Cultura Cláudia Costin. A gestora teve espaço não só na *Ilustrada* ("Cultura em SP terá 'filosofia empresarial'", em 18 de janeiro de 2003, quando assumiu; a nota "A secretária de Cultura, Cláudia Costin, faz amanhã a palestra "Diversidade e a Política Cultural", às 8h30, no CIEE; e "Fogueira de vaidades' faz parte, diz Costin", em 24 de dezembro de 2003, um balanço do primeiro ano de governo) como no *Primeiro Caderno*, com uma série de artigos na seção *Tendências & Debates*. No período de análise, achamos seis artigos seus, com os títulos e datas de publicação a seguir:

"Fome de Quê" – 23 de fevereiro de 2003 (réplica à crítica de Régis Bonvicino, "Cultura precisa de projeto de medula e osso", retranca da matéria de 18 de janeiro).

"A Política-Vida e a Cultura" – 1º de junho de 2003

"Gerenciando Políticas Públicas" – 14 de janeiro de 2004

⁸ Essa dialética pode ser pensada pelo viés da *economia criativa*.

"Política Cultural e Desenvolvimento" – 23 de abril de 2004

"Quem vai ler nosso futuro" – 7 de outubro de 2004

Quanto a esse último artigo, um leitor o criticou na edição seguinte do jornal, em 9 de outubro de 2004. Costin teve sua tréplica "Cultura no Estado" no dia 12 do mesmo mês. O único texto negativo foi "Promotora monitora 'caixa-preta' da Cultura", de 22 de agosto de 2003, no *Primeiro Caderno*, a respeito de contratações irregulares da secretaria (Costin responde às acusações em duas retrancas: "Gestão de Costin recebeu críticas por nomeações" e "Secretária afirma que não há irregularidades"). Grosso modo, a secretária não passou seis meses sem expor suas ideias em espaços nobres do jornal, como a página 3 do *Primeiro Caderno*. Seus artigos advogam o que diz ser eficiência administrativa, inspirada no modelo empresarial, e as inclusões social e cultural:

Acreditam que convivam no Brasil exclusões de todas as espécies, entre elas a exclusão cultural, e que, ao assumir cargo público no Brasil, o primeiro compromisso de um dirigente sério deveria ser o combate à exclusão. (...)

Costuma-se enxergar no esporte a alternativa por excelência do combate à criminalidade. A arte pode cumprir também esse papel e não será maculada por isso. Pelo contrário. A política cultural é o instrumento que tornará isso possível. Incomoda a alguns que a arte seja encarada como elemento de promoção social. Acredito que ela possa e deva funcionar como tal.

(COSTIN, "Fome de Quê?", 2003)

Esse ato de democratização do acesso a bens culturais possui um caráter tão transformador quanto o de construir um hospital ou uma escola. Uma das formas mais legítimas de combate à violência está na inclusão cultural. A cultura tem de se aproximar do cidadão comum, iletrado ou pouco letrado. É a política-vida de Giddens direcionada à cultura. É a política-vida de um governo efetivamente comprometido com a inclusão social.

(COSTIN, "A Política-Vida e a Cultura", 2003)

"Gerenciando Políticas Públicas" e "Política Cultural e Desenvolvimento" tratam do mesmo – mas com a divulgação de projetos da gestão onde tais ideias teriam sido aplicadas. Esse grupo de exemplos deve bastar para indicar como o mesmo horizonte de ideias atravessa a cobertura de uma ponta à outra.

2.2.6 Outros Cruzamentos

Além dos quatro tópicos anteriores, que representam as marcas mais contundentes que pudemos identificar na cobertura, há outros, senão tão representativos, ao menos relevantes.

A conexão entre política cultural e política educacional é um desses temas. Artur de Távola e Marco Aurélio Garcia propõem ambos locais de formação: em "Divisão no Eixo Rio-SP", o primeiro anuncia "o Instituto Pixinguinha (uma universidade informal de cultura e música popular, com estudos, cursos, pesquisas, publicações)"; o segundo promete "o Colégio de São Paulo. A ideia é fazer da biblioteca Mário de Andrade um pólo de debates, uma espécie de universidade aberta". Reparemos no uso da mesma metáfora: tratam-se de *universidades*. Luis Inácio Lula da Silva, em "Cultura sob Intervenção", fala que "é fundamental integrar cultura e educação como um instrumento de valorização do indivíduo".

Nesse sentido, também há uma aproximação entre a cultura e as políticas para a segurança pública. Cláudia Costin, por exemplo, propõe o projeto Fábricas de Cultura (criadas em 2001, hoje ainda em funcionamento, com oito unidades na cidade de São Paulo) como maneira de intervir na seguinte questão da seara da inclusão social:

O cotidiano de exclusão, presente na vida de uma parcela significativa de nossos jovens, é mais acentuado nas grandes metrópoles, como São Paulo. Nelas, os bolsões de pobreza, localizados em sua maioria na periferia da cidade, acabam se transformando em criadouros de violência, exigindo do Estado atenção especial. (COSTIN, "Política Cultural e Desenvolvimento", 2004)

Essas abordagens parecem ter o cacoete de pensar cultura como um instrumento *para* algo. Apesar de a integração ser algo útil e desejável, há o perigo das políticas públicas culturais perderem seu caráter específico, diluídas no quadro mais amplo de outros campos.

Outro tema frequente são os do âmbito administrativo: mudanças em cargos ou legislação, manutenção ou criação de equipamentos e órgãos do poder público. Como afirma Mayra Rodrigues Gomes, "ao narrativizarem os atos do governo, colocando-os em grandes fontes, atestam a sua importância na sociedade (importância frequentemente desmentida por eventos

posteriores ou por uma tomada mais ampla dos *devires* sociais)". No modo como entendemos, isso significa dizer que o que se sublinha é o aparato governamental como o princípio da política; mas há tantas outras forças concomitantes agindo nesse campo que são desconsideradas, para citar um exemplo, os movimentos sociais.

3. Considerações Finais

Na medida em que não avalia o conteúdo da cobertura, mas demarca sua forma, este artigo não pretende dizer se a imagem que a *Folha de S.Paulo* cria das políticas públicas para cultura está certa ou errada. Porém, indicando seus contornos, ao mesmo tempo se mostram seus limites. A pergunta que pode ficar a partir daí é, portanto, o que está para além desses limites? Que outros dados, temas e questões a cobertura não chega a abordar, e, assim, os torna invisíveis? Pensar nesse *além*, nesse *fora*, pode levar à ampliação das possibilidades do jornalismo cultural, seja enquanto jornalismo de artes, de ideias ou de comportamento.

4. Referências Bibliográficas

ALI, Fátima. *A Arte de Editar Revistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BOTELHO, Isaura. "As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas" *in: São Paulo em Perspectiva*. Revista da Fundação Seade, vol. 15, nº2, 2001.

CANELA, Guilherme. "Apresentação Geral" *in: CANELA, Guilherme (org.). Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. "Políticas Públicas: Conceitos e Conexões com a Realidade Brasileira" *in: CANELA, Guilherme (org.). Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTIN, Claudia. "Avaliação e monitoramento das políticas sociais: dever do Estado moderno" *in: CANELA, Guilherme (org.). Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, L.A.; FERREIRA, N.A.T.; MAGALHÃES, L.H.V. "Dilemas do Jornalismo Cultural Brasileiro" *in: Temas: Ensaios de Comunicação*, nº1, vol. 1, agosto–dezembro 2002.

GOMES, Mayra Rodrigues. *O Poder no Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2003.

LAGE, Nilson. *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Wilsa Carla Freire da Silva. *Cultura em Pauta* – um estudo sobre o jornalismo cultural. Dissertação (Escola de Comunicação e Artes) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Dora Santos. "Possibilidades Políticas do Jornalismo Cultural Digital na Perspectiva da Democracia Deliberativa" *in: Estudos em Comunicação*, revista da Universidade da Beira Interior, de Covilhã, Portugal, nº9, maio de 2011.

Webgrafia

ANGIOLILLO, Francesca e ARANTES, Silvana. "Cultura é vista como meio de inclusão social". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de agosto de 2003, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/08/06/21//126835>. Acesso em abril/2013.

_____. "Candidatos expõem suas preferências". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de agosto de 2003, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/08/06/21//126835>. Acesso em: abril/2013.

ARANTES, Silvana. "Cinema quer afastar 'imagem do favor'". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 de dezembro de 2003, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/12/03/21//5262086>. Acesso em: abril/2013.

ARANTES, Silvana e CYPRIANO, Fabio. "Fim de Festa". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 2002, Ilustrada, p.6. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/01/14/71//18929>. Acesso em: abril/2013.

BONVICINO, Régis. "Cultura precisa de projeto de medula e osso". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 de janeiro, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/01/18/21//40068>. Acesso em: abril/2013.

CARVALHO, Bernardo. "Exceção Cultural". *Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 2003. Ilustrada, p.8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/02/04/21//91377>. Acesso em: abril/2013.

COELHO, Teixeira. "É hora de corrigir, e não de centralizar, as leis de incentivo". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de maio de 2003, Ilustrada, p.2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/05/06/21//16850>. Acesso em: abril/2013.

COSTIN, Cláudia. "Fome de Quê". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 de fevereiro de 2003, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/02/23/2//84272>. Acesso em: abril/2013.

_____. "A Política–Vida e a Cultura". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 de junho de 2003, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/06/01/2//134791>. Acesso em: abril/2013.

_____. "Gerenciando Políticas Públicas". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 2004, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/01/14/2//5181323>. Acesso em: abril/2013.

_____. "Política Cultural e Desenvolvimento". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 de abril de 2004, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/04/23/2//5186264>. Acesso em: abril/2013.

_____. "Quem vai ler nosso futuro". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de outubro de 2004, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/10/07/2//5191372>. Acesso em: abril/2013.

CYPRIANO, Fabio. "Novo secretário deve focar em inclusão social". *Folha de S.Paulo*, 16 de dezembro de 2004, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/12/16/21//5272911>. Acesso em: abril/2003.

DIEGUES, Cacá. "Dois Pontos". *Folha de S.Paulo*, 8 de junho de 2003, Primeiro Caderno, p.3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/06/08/2//43542>. Acesso em: abril/2013.

FRANCO, Marcella. "São Paulo ganha hoje espaço para democratizar produção operística". *Folha de S.Paulo*, 28 de maio de 2003, Ilustrada, p.5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/05/28/71//95058>. Acesso em: abril/2013.

LAVIGNE, Paula. "A Presença do Estado na cultura brasileira". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 de outubro de 2002, Ilustrada, p.9. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/10/25/21//109917>. Acesso em: abril/2013.

MATTOS, Laura. "Para Artur da Távola, o Estado não pode ser produtor cultural". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 de janeiro de 2001, Ilustrada, p.1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/01/03/21//14608>. Acesso em: abril/2013.

REZENDE, Marcelo. "'Não estamos pretendendo centralização'". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 de outubro de 2002, Ilustrada, p.1, Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/10/23/21//109603>. Acesso em: abril/2013.

ROCHA, Janaína. "Diversidade de culturas domina Convenção Global". *Folha de S.Paulo*, 1 de julho de 2004, Ilustrada, p.2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/01/21//5267691>. Acesso em: abril/2013.

RYFF, Luiz Antônio. "Para Garcia, o mercado não pode pautar a cultura". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 de janeiro de 2001, Ilustrada, p.1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/01/03/21//14608>. Acesso em: abril/2013.

SARNEY, José. "Cultura, Bebida e Fumo". *Folha de S.Paulo*, 16 de maio de 2003, Primeiro Caderno, p.2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2003/05/16/2//99026>. Acesso em: abril/2013.